ATA DA XIII REUNIÃO ORDINÁRIA
27 e 28 de outubro de 2009

Aos vinte e sete e vinte e oito dias do mês de outubro do ano de dois mil e nove, no Auditório do Anexo do Palácio do Planalto, situado à Praça dos Três Poderes, s/nº, Brasília-DF, foi realizada a XIII Reunião da Ordinária do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA, órgão de assessoramento do Presidente da República, instituído através da Lei nº. 10.683, de 28 de maio de 2003, em seu Art. 1º, § 1º, inciso III, e pela Lei 11.346, de 15 de setembro de 2006 e regulamentado pelo Decreto nº. 6.272, de 23 de novembro de 2007. A lista de presença encontra-se anexa. Dia 27: 1. 16h às 16h15 - Abertura, Aprovação da Ata da XII Plenária e da Pauta da XIII Plenária; 2. 16h15 às 16h35 – Informes; 3. 16h35 - Encaminhamento das Comissões Permanentes; 4. 18h - Encerramento do primeiro dia. Dia 28: 5. 9h às 12h30 - Debate sobre o Tema - Mudanças Climáticas e Impactos sobre a Soberania e Segurança Alimentar 5.1. 9h às 9h20 - Exposição do Ministério das Relações Exteriores, 5.2. 9h20 às 9h40 - Exposição do Ministério do Meio Ambiente, 5.3. 9h40 às 10h - Exposição da Casa Civil da Presidência da República, 5.4. 10h às 10h20 - Apresentação da Comissão Permanente 2 - Segurança Alimentar e Nutricional nas Estratégias de Desenvolvimento, 5.5. 10h20 às 12h30 - Debates e Encaminhamentos; Intervalo - Almoço - 12:30 às 14:00; 6. 14h às 14h30 - Recondução do mandato dos conselheiros para os próximos dois anos, posse dos novos conselheiros e indicação do Presidente do CONSEA - participação da Secretária-Executiva do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome . Arlete Sampaio; 7. 14h30 às 17h30 - Debate sobre o Tema. Etnodesenvolvimento e Políticas Públicas - Incorporação da dimensão do etnodesenvolvimento nas políticas públicas para avançar e consolidar direitos e garantias dos Povos e Comunidades Tradicionais 7.1. 14h30 às 14h50 - Josilene Brandão. Membro da Coordenação Nacional das Comunidades Negras Rurais, 7.2. 14h50 às 15h10 - Sonia Guajajara - vice-presidente da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), 7.3. 15h10 às 15h30 - Exposição de representante do Ministério Público Federal, 7.4. 15h30 às 15:50 - Apresentação das Comissões Permanentes 5 e 6, 7.5. 15h50 às 18h - Debates e Encaminhamentos; 8. 18h – Encerramento. Composição da Mesa I: Renato Maluf, Presidente do CONSEA Nacional, Crispim Moreira, Secretário do MDS e Carmem Priscila Bocchi, Coordenadora do CONSEA Nacional. Dia 27: 1. 16h às 16h15 - Abertura, Aprovação da Ata da XII Plenária e da Pauta da XIII Plenária - Dando boas-vindas aos presentes, o Presidente do Consea, Renato Matuf, deu início à XIII Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Segurança Alimentar. A pauta desta Sessão e a ata da XII Reunião, realizada no dia 12/08/2009, foram aprovadas por unanimidade. 2. 16h15 às 16h35 – Informes da Presidência: Renato Maluf apresentou os informes da presidência do Consea: 1 – Recondução dos Conselheiros – Na plenária de agosto foi decidido que seriam consultadas as entidades que compõem o Consea

sobre a recondução ou indicação de Conselheiros. Resultado da consulta: 80% de recondução e 20% de substituição. A composição do Consea foi apresentada ao Presidente da República, que não mexeu na composição do Conselho. Quanto à permanência da presidência atual, dependeria da indicação dos Conselheiros e da vontade do Presidente Renato Maluf em continuar na execução dos trabalhos. Existe uma proposta de pauta na Mesa Diretiva para avaliação de todo o Conselho, Presidente e conselheiros. Quanto aos trabalhos da presidência do Consea serem desempenhados como função voluntária, o Presidente da República solicitou à sua Assessoria que tomasse providências sobre o assunto. 2 – PEC da Alimentação – Uma comissão formada por Renato Maluf, Edélcio Vigna, Marília Leão, Juarez Martins e o Deputado Nazareno Fonteles foi aos Gabinetes do Líderes do Governo e do PT. E a informação obtida é que a PEC não seria votada em 27/10/2009, tendo em vista que dificilmente o Congresso Nacional vota Emenda Constitucional às terças-feiras por questões de quorum no Congresso. Os dois líderes informaram que há uma posição quase que consensual dos diferentes Partidos pela aprovação da Emenda. Foi divulgada, em Informativo da Câmara dos Deputados, a informação de que a PEC da Alimentação poderá ser votada, e provavelmente isso aconteça dia 28/10/2009. 3 – (Audiência com o Presidente da República – i) Foi tratada a aprovação da PEC. O Presidente ficou de tratar do assunto com as lideranças partidárias. ii) Foi apresentada ao Presidente a demanda do Consea para se conceder um reajuste ao per capta da PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar, com uma proposta de passar de R$ 0,22 para R$ 0,35. iii) O Presidente comentou sobre a criação de um Grupo de Trabalho para tratar da Consolidação das Leis Sociais. iv) Foi apresentada ao Presidente uma solicitação para que seja suspensa e revista a iniciativa de enviar um Projeto de Lei que resulte em alteração na Lei dos Cultivares. O Presidente pediu uma Nota Técnica, que foi feita e encaminhada a ele, mas ainda não há resultado concreto do assunto. v) Foi comunicado ao Presidente que o Consea tomará a iniciativa de estabelecer um diálogo mais temático com a Casa Civil da Presidência da República, pensando na construção de uma agenda para o ano de 2010. 4 – Eventos realizados – i) Dias 29 e 30/09 e 01/10/2009 – Encontro Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: III CONFERÊNCIA +2. ii) Dias 13 e 14/10/2009 - Seminário sobre Mecanismos de Exigibilidade do Direito Humano à Alimentação Adequada e o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. O Relator das Nações Unidas para o Direito Humano à Alimentação Adequada, o Senhor Olivier De Schutter, foi convidado pelo Consea a participar do evento, e sua vinda ao Brasil resultou em vários compromissos pelo País. 5 – Cúpula de Roma – A Plenária de agosto organizou um Grupo de Trabalho para preparar um Documento do Consea a ser encaminhado à Cúpula Mundial de Segurança Alimentar, que será realizada pela FAO, em Roma, nos dias 16, 17 e 18/112009. O Presidente Lula já confirmou sua participação no evento. A FAO apoiou o Consea na contratação de consultores para a elaboração do Documento, e do IICA-Brasil para a tradução, edição e reprodução do mesmo. Renato Maluf foi indicado para elaborar o Documento, que já foi aprovado pelo GT, e será enviado

aos Conselheiros, via correio eletrônico. O Documento tratará da trajetória do Consea no Brasil até agora, e apresentará indicações das atividades realizadas pelo Conselho, dando destaque ao PAA - Programa de Aquisição de Alimentos e ao PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar. O Senhor Crispim Moreira informou que a CAISAN – Câmara Interministerial de Segurança. Alimentar e Nutricional aprovou a instalação de uma Comissão Técnica, cujo objetivo é a elaboração do Plano e da Política de SAN; e já aprovou um calendário de trabalhos. 3. 16h35 - Encaminhamento das Comissões Permanentes: 1) Comissão Permanente 1 - Regulamentação e Institucionalização do Sisan – Marília Leão: Informou que não houve reunião da CP1. A Conselheira foi convidada a coordenar a Comissão novamente. 2) Comissão Permanente 2 - Segurança Alimentar e Nutricional nas Estratégias de Desenvolvimento - Maria Emília Pacheco: i) Informou que no mesmo período em que acontecerá a reunião da Cúpula de Roma, haverá, também na Itália, o Fórum dos Movimentos Sociais e Organizações Não Governamentais sobre Segurança Alimentar, que terá quatro eixos de debates: a) Quem decide sobre os alimentos e a agricultura, b) Quem controla os recursos para a produção de alimentos, c) Como se produzem os alimentos, iv) Quem tem e necessita do acesso aos alimentos. Há a sugestão, através da representação da CONTAG, no evento, para que o Consea seja convidado a participar do Fórum. ii) Na Cúpula de Roma, o Consea será representado pelo presidente Renato Maluf (financiamento do Consea) e Nathalie Beghin (financiamento de sua organização). Houve um painel de *experts*, no qual o Conselheiro Sílvio Porto, da Conab, representou o Consea. E há uma sugestão de que no plano internacional seja criado um painel de *experts* sobre a Segurança Alimentar, tal qual o painel de Mudanças Climáticas. iii) Foi realizada a reunião sobre Mudanças Climáticas, do Comitê de Segurança Alimentar da FAO, onde também o Conselheiro Sílvio Porte esteve presente, e cujo relato, a Conselheira sugere que seja socializado a todos os Conselheiros. A Conselheira Valéria Paye Pereira informou que haverá uma representação indígena brasileira em Fórum Paralelo da Cúpula. Renato Maluf submeteu ao Plenário o convite para o Relator Nacional do Direito Humano à Alimentação Terra e Água, Sérgio Sauer, para que seja observador do Consea. A indicação foi aprovada por unanimidade. 3) Comissão Permanente 3 - Política e Plano Nacional de Segurança Alimentar Nutricional + CP1: i) Informou que a CP3 propôs ao GT Abastecimento tratar do tema de transição epidemiológica;. ii) O GT Abastecimento informou que está em pauta, na Câmara dos Deputados, um Projeto de Lei sobre a liberação das sementes *terminator*. A CP aprovou uma reedição da Moção n° 30, propondo seu envio, como manifestação do Consea, ao Congresso Nacional, Casa Civil e ao Ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha. iii) Foi proposto à CP tratar do Seminário Nacional de Alimentação e Nutrição – 10 anos da PNAN, que ocorrerá em junho de 2010. iv) A elaboração do Documento da Política e do Plano de SAN será dia 02/12/2009, data em que acontecerá a Conferências Nacionais de Assistência Social e de Comunicação, causando prejuízo à Plenária do Consea, por isso, a CP solicita adiamento da reunião Plenária. v) Foi tratada a elaboração do Protocolo de Tratamento dos Celíacos. A CP

considera que esse tema deve ser tratado no Seminário Nacional de Discussão da Política de Alimentação e Nutrição, quando será elaborado um documento sobre o tema, e encaminhado às lideranças que tratam da matéria. vi) Há uma proposta de reativação do GT Saúde para discutir questões de assistência alimentar. Encaminhamentos: os temas acima foram aprovados. 4) Comissão Permanente 4 - Direito Humano à Alimentação Adequada – Elisabetta Recine: i) Informou que a CP3 está praticamente com as versões finais dos Instrumentos de Exigibilidade do PNAE- Programa Nacional de Alimentação Escolar prontas. ii) Na discussão sobre o Bolsa Família teve a participação de três integrantes da Secretaria de Renda e Cidadania do MDS, e serão elaborados os instrumentos de exigibilidade do Bolsa Família. iii) Há uma proposta de reunião para o dia 01/12/2009, com os representantes das 15 Comissões de Direito Humano à Alimentação Adequada dos Conseas Estaduais. iv) A CP3 fez um balanço do Seminário de Exigibilidade. Na tarde do segundo dia do Seminário foi feito um trabalho de grupo, quando os participantes foram reunidos em três grupos: Sociedade Civil, Governo e convidados internacionais. Os resultados dos trabalhos dos GTs foram encaminhamentos concretos e claros para os setores envolvidos. O Conselheiro Chico Meneses solicitou informação sobre a Comissão do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana**,** que examina violações do Direito à Alimentação, quanto ao risco de a mesma não ter continuidade. A Conselheira Valeria Burity respondeu que está sendo feito um estudo de mudança da resolução que trata das atribuições da Comissão. O Conselheiro Pedro Kitoko complementou a informação, dizendo que a Comissão se reunirá com o Conselho, no dia 11/11/2009, momento em que será discutido o futuro da Comissão. Informou também que nos dias 04 a 06/11/2009, a Presidência da República promoverá um seminário internacional, em Salvador – BA, que será um preparatório de reunião dos Presidentes da República para 2010, com os países de língua portuguesa, e este Conselheiro foi convidado a contatar as entidades da Sociedade Civil. O seminário tratará da contribuição da sociedade civil para as Políticas de SAN. Encaminhamentos: Foi aprovada proposta de incluir na agenda de 2010 o diálogo entre direito e agenda internacional do Consea e a informação sobre o Seminário Internacional, em Salvador. 5) Comissão Permanente 5 - SAN das Populações Negras e Povos e Comunidades Tradicionais + Comissão Permanente 6 - Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos Indígenas**:** informou que as duas Comissões trabalharam conjuntamente na apropriação do documento sobre etnodesenvolvimento, que será apresentado, na continuidade desta reunião, no dia 28/10/2009, pela Conselheira Valéria Paye Pereira. i) A CP5 terá dois novos integrantes, um representante dos Pescadores e um representante da CONAB. ii) A CP5 estará sob a coordenação da Conselheira Virgínia Lunalva Miranda de Sousa Almeida. iii) O Conselheiro Pedro Kitoko apresentou à Comissão o relatório sobre a Comissão do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, com o relato de um estudo de casos sobre as comunidades quilombolas de Sapé do Norte-ES. A Conselheira propôs incluir na pauta do Consea uma discussão sobre esse relatório. iv) Informou que nos dias 02 e 03/12/2009, o MDS- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome,

realizará um Seminário sobre Cestas de Alimentos, e os membros da CP5 participarão do evento. *Não constam informes da CP6*. Encaminhamentos: A proposta de pauta será discutida na Mesa Diretiva. A Conselheira Valéria Paye informou que os povos e comunidades tradicionais receberam convite do MDS para participarem da proposição de uma Câmara Técnica que irá subsidiar o Comitê Gestor do PAA - Programa de Aquisição de Alimentos**.** Em reunião das Comissões, foi levantada a dúvida sobre a importância de ser aberto mais um espaço de discussão como esse. 4. 18h - Encerramento do primeiro dia: A Comissão encerrou sues trabalhos às 18h, e os presentes foram ao Congresso Nacional acompanhar os movimentos da PEC da Alimentação. Composição da Mesa II: Renato Maluf, Priscila Bocchi, Crispim Moreira, Branca Americano, Diretora de Mudanças Climáticas, do Ministério do Meio Ambiente; Johaness Eck, da Casa Civil; Maria Emilia Pacheco, Coordenadora da CP2, responsável pela elaboração do Documento. Dando continuidade aos trabalhos da sessão, o dia seguinte começou com a apresentação do item 5. 9h às 12h30 - Debate sobre o Tema - Mudanças Climáticas e Impactos sobre a Soberania e Segurança Alimentar. Antes de entrar no tema em pauta, Renato Maluf cumprimentou os presentes e apresentou a Conselheira Maria Alaídes Alves de Sousa, suplente do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco, representando a ASSEMA – Associação em Área de Assentamento no Estado do Maranhão, e o Conselheiro Lino de Macedo, representante da CGTB - Central Geral dos Trabalhadores do Brasil, São Paulo. O Secretário Crispim Moreira justificou a ausência do Ministro Patrus Ananias e da Secretária Arlete Sampaio, dizendo que os mesmos estavam, naquele momento da reunião, lançando o Programa Nacional de Inclusão Bancária das Famílias do Bolsa Família, em um evento no Itamaraty. Foi exibido o filme 'Os Sinais da Natureza', que será apresentado durante a COP15, a ser realizada nos dias 07 a 18/12/2009, em Kopenhagen-Dinamarca. Iniciou-se então o debate sobre Mudanças Climáticas: 1) 5.3. 9h40 às 10h - Exposição da Casa Civil da Presidência da República: O Senhor Johaness Eck, da Casa Civil, se manifestou dizendo que a Casa Civil, desde 2007, tem coordenado o Comitê Interministerial sobre Mudanças do Clima, colegiado incumbido de fazer a Política e o Plano Nacionais sobre Mudanças do Clima. Esse Comitê é composto por 17 órgãos federais mais o Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas. De 2007 a 2008, ele fez a proposta da Política Nacional sobre Mudanças do Clima, que foi encaminhada ao Congresso Nacional, e segundo informações, teve uma votação no dia 26/10/2009, na Câmara dos Deputados. A expectativa é que essa Política seja aprovada ainda antes de Kopenhagen. No final de 2008, o Presidente da República lançou o Plano Nacional sobre Mudanças Climáticas, um plano considerado a maior referência em termos de Governo sobre o que se quer de ações de mitigação e adaptação no País. Em 2009 o tema toma relevância por conta da COP15, e a expectativa é que sejam trazidas importantes decisões em nível mundial sobre o assunto. Dentro do Plano se buscou uma visão a mais integrada possível entre as políticas públicas de responsabilidade do Governo Federal para tratamento do tema, no seu objetivo maior, que é trabalhar pela redução da desigualdade social, e geração de emprego e renda. O primeiro

objetivo do Plano é o desenvolvimento sustentável do Brasil e redução da taxa de desmatamento amazônico. Para tanto, como o Brasil ainda é um país em desenvolvimento, precisa de aporte de recursos para alcançar as metas relativas à mitigação e adaptação. O palestrante mencionou várias ações que tratam do tema. O Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas é presidido pelo Presidente Lula e tem como Secretário-Geral o professor Pinguelli Rosa, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. O Fórum está fazendo um ciclo de discussões para levantar posições da sociedade civil para sugerir ao Governo Brasileiro posicionamentos sobre o clima. 2) 9h20 às 9h40 - Exposição do Ministério do Meio Ambiente: A Senhora Branca Americano apresentou um levantamento das conseqüências do aumento dos gases de efeito estufa que vêm sendo emitidos no mundo. A palestrante apresentou um *slide* com cenários de mudanças climáticas projetadas para o Brasil até finais do Século XXI. Alertou que o mundo tem que mudar radicalmente em 50 anos, em média de 80 a 90% a emissão de gases poluentes, senão as conseqüências serão catastróficas. Também apresentou uma lista das principais tecnologias e práticas de mitigação para o setor, que já estão disponíveis e as que estarão, para daqui a 20 anos. Compromissos globais para redução de emissões - o IPCC - Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas: i) Os Países desenvolvidos devem reduzir entre 25 e 40% suas emissões até 2020 em relação a 1990. ii) Os Países em desenvolvimento devem reduzir o ritmo de crescimento de suas emissões (desvio do cenário base). Alguns quadros foram apresentados sobre a redução de emissões por desmatamento e degradação florestal (REDD - Redução de Emissões para o Desmatamento e Degradação). A Secretária falou que o MMA já começou a identificar ações que possam alcançar até 40% da redução de emissões e que os diferentes setores do Governo estão estudando individualmente propostas para alcançar esta meta. Segundo Branca Americano, pior do que qualquer redução de emissão é o impacto das mudanças do clima. Informou que o Ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, estará indo a Barcelona, para participar de uma reunião de Ministros de Meio Ambiente, na tentativa de potencializar as negociações sobre o clima. Disse também que existe uma série de afirmações para enfraquecer o Acordo que será feito em Kopenhagen, por vários interesses dos vários Países participantes. Contudo, considera que o Brasil e os Estados Unidos podem fazer a diferença na concretização do Acordo. 3) 10h às 10h20 - Apresentação da Comissão Permanente 2 - Segurança Alimentar e Nutricional nas Estratégias de Desenvolvimento: A Conselheira Maria Emília Pacheco procedeu à leitura do Documento de Posicionamento do Consea sobre Mudanças Climáticas e Seus Impactos no Direito Humano à Alimentação, na Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. O objetivo do Documento é informar que a mudança global do clima é um dos mais significativos desafios para os países, na atualidade, e seus impactos socioambientais, que trazem ameaças concretas ao direito humano à alimentação saudável e adequada, bem como à soberania e segurança alimentar e nutricional, sobretudo, para as populações em situação de pobreza. 10h20 às 12h30 - Debates e Encaminhamentos: Seguiu-se manifestação da Plenária quanto ao Documento, dando sugestões e recomendações para melhor

compreensão do mesmo, e posicionamentos gerais a respeito da matéria. As sugestões de redação ao Documento serão feitas de forma escrita e entregues à Comissão responsável. O Secretário Crispim Moreira fez uso da palavra, considerando que o Documento traz pontos importantes, e propõe um esforço para que o mesmo incida no Comitê Interministerial sobre Mudanças do Clima e no Plano Nacional sobre Mudanças Climáticas e que seus elementos tenham materialidade nas proposições que o Presidente Lula estará defendendo em Kopenhagen. Propôs também que o Documento dialogue mais com as várias Diretrizes. E fez uma análise das falas dos palestrantes anteriores e do Documento, ponderando que o mesmo deva ser mais enfático em suas proposições, pois dessa forma, ele contribuirá com a CAISAN, criando, assim, potência para cair no discurso do Presidente Lula enquanto Presidente do Fórum Interministerial. Após as manifestações de todos, a palavra voltou à Mesa. 1) A Senhora Branca Americano expressou-se dizendo concordar com o Zoneamento Agroecológico da Cana-de-açúcar. Quanto ao Documento, fez algumas observações em alguns pontos que, segundo a palestrante, são contraditórios ao Plano. Afirmou que todas as formas de energia têm impactos, e o que se deve fazer é tratá-los de forma objetiva, tentando reduzi-los ao máximo, mantendo, assim, a sustentabilidade do meio ambiente. Disse que estudos de vulnerabilidade são necessários e devem aumentar em número, e já existem vários estudos importantes. A arquitetura financeira da Convenção do Clima é uma das coisas mais complexas: existem propostas desde doações voluntárias de países desenvolvidos à proposta que o Brasil fez junto ao G77, de em torno de 0,5 a 1% do PIB dos países desenvolvidos sejam destinados a um Fundo que trataria tanto de mitigação quanto da adaptação. Essa proposta tem tido resistência dos países desenvolvidos. Em relação ao Fundo Clima, informou que está sendo votado na Câmara dos Deputados um Projeto de Lei tratando de angariar recursos para enfrentar essas questões no Brasil. Com relação à fiscalização, considerou ser importante o aumento do efetivo para a fiscalização, contudo, a ideia é não acabar com o desmatamento à base de polícia, mas sim dar alternativas para a economia da floresta, envolvendo todos os atores. Quanto à redução da emissão de poluentes, todos os países desenvolvidos e em desenvolvimento deverão se envolver nesse esforço. Considerou que algumas racionalidades não estão sendo tratadas do ponto de vista da redução, mas sim do ponto de vista da economia hegemônica dos setores já estabelecidos. 2) Johaness Eck: Em resposta aos vários questionamentos, disse que as tensões vividas fazem parte da complexidade da economia do Brasil. Elogiou o Documento, dizendo que é um documento estruturado e importante e traz contribuições valiosas e convergentes ao que o Governo tem defendido. Solicitou que ao ser olhada a realidade brasileira versus a de outros países, questionem quais países têm Zoneamento Ecológico Econômico e Agroecológico. Esclareceu que o Plano Nacional sobre Mudanças do Clima foi construído junto com um movimento coordenado pelo Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas e várias organizações envolvidas com o assunto. Acha importante estabelecer mecanismos de interação imediata, já que a revisão do Plano vai ser contemporânea à elaboração da Política Nacional. Reconheceu que o Documento tem

muitas convergências com Kopenhagen. Sobre a questão de o Governo não ter capacidade de fiscalizar, disse que se deve olhar a questão conjunta nos três níveis governamentais. Considerou verdade a irracionalidade de o Etanol viajar milhares de quilômetros, e que o Plano coloca como primeiro objetivo a questão do aumento da eficiência nos processos produtivos e de consumo brasileiros; e o Governo tem se manifestado contrariamente ao monopólio de sementes. Sobre a sugestão de apoio ao Tribunal de Crimes Ambientais, comentou que deve ser considerada. Quanto à transversalidade, esclareceu que o Comitê Interministerial sobre Mudanças do Clima foi criando em 2007, por proposta da então Ministra Marina Silva e por demanda dos órgãos que tratam do tema. Sobre o desmatamento, por madeireiras, na área dos faxinais, no Paraná, o palestrante propôs que Amilton, fizesse uma denúncia e entregasse ao Consea. Ainda, que tem havido incentivos do Ministério das Relações Exteriores no sentido de que a Delegação Brasileira seja composta por uma variedade de representação da sociedade brasileira; e também a participação de representantes indígenas na Delegação seria viável. A questão do eucalipto será tratada na revisão do Plano Nacional, e é admitida pelos órgãos ambientais a temporariamente ajudar na recomposição das reservas legais. Em relação à pouca visibilidade da Agricultura Familiar no Plano, disse que o problema está sendo tratado, contudo, não há uma ampla e abrangente aplicação do caso na realidade. Renato Maluf informou que a CP2 tratará desse assunto, em 2010. 3) Maria Emilia Pacheco sistematizou o debate: i) A CP3 sugeriu fazer um texto sintético, e o integral ser anexado ao resumido. ii) Houve sugestões de revisão das imprecisões do texto em relação ao Plano, e: a) Compromisso político de o Consea ter clara uma visão étnica e colocar com transparência a visibilidade de todos os povos e populações tradicionais. b) Fazer referência ao Pré-Sal. c) Deixar clara a importância do controle social em relação aos biocombustíveis. d) É necessário um sistema de acompanhamento nessa geografia agrícola de forma mais permanente e com intervalos menores e que não sejam os correspondentes aos censos agropecuários. e) Não perder de vistas a visão do Consea sobre os agrocombustíveis. f) Propor que o Zoneamento Agroecológico da cana-de-açúcar tenha um sentido também punitivo e que seja acompanhado dos critérios de tamanho das propriedades. iii) Usa o termo ‘agro-energia’ e não ‘biocombustível’, posto que o Consea compreende Bio como significado de vida, e a expansão do biocombustível é considerado um risco à vida, se contrapondo ao próprio significado do nome. iv) Há uma proposta de que o Consea apóie a criação de um Tribunal dos Crimes Ambientais. A Conselheira propôs tratar o tema em 2010, quando haverá um seminário sobre o clima. v) Foi proposto que o Consea assuma o compromisso de continuar debatendo o direito à terra, reforma agrária. vi) Sugeriram que o Consea paute, para 2010, o tema sobre sistema de produção justa e sustentável. Encaminhamentos aprovados: i) Tirar do Documento a expressão “não apropriado” e explicar que o Zoneamento tem que ser acompanhado de critérios. ii) A discussão sobre a criação do Tribunal de Crimes Ambientais ficará para 2010. Intervalo - Almoço - 12:30 às 14:00. Dando continuidade aos trabalhos na parte da tarde, a Secretária Arlete Sampaio fez

a apresentação do item 6. 14h às 14h30 - Recondução do mandato dos conselheiros para os próximos dois anos, posse dos novos conselheiros e indicação do Presidente do CONSEA - participação da Secretária-Executiva do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - Arlete Sampaio saudou os presentes e comentou a designação dos Conselheiros do Consea publicada nesta data, no Diário Oficial da União. Dos 76 Conselheiros da Sociedade Civil, 60 foram reconduzidos e 16 novos foram designados. A Secretária desejou aos Conselheiros um profícuo mandato e que possam dar continuidade aos trabalhos no Consea na perspectiva da Segurança Alimentar e Nutricional. Disse ser testemunha do apreço que o Presidente Lula tem pelo Consea, porque reconhece a qualidade do trabalho deste Conselho, sempre buscando contribuir com o Governo, apresentando sugestões, manifestações críticas e observações. A Secretária desejou que o Consea continue sendo um Conselho respeitável e contribua para os rumos da SAN. Disse que os Conselheiros têm que ter consciência da importância de seus trabalhos para que não haja qualquer retrocesso na política de SAN no Brasil e desejou a todos os Conselheiros muita sorte nesse mandato. As Comissões se pronunciaram acerca da indicação do novo presidente do Consea. 1) CP2 – Maria Emilia Pacheco: Propôs recondução de Renato Maluf. 2) CP1 e CP3 – Regina Miranda: Propôs recondução de Renato Maluf. 3) CP4 – Irio Luiz Conti: Endossou a continuidade de Renato Maluf na presidência do Consea. 4) CP5 e CP6 - Ana Lúcia Pereira: Considerou que a indicação para presidente do Conselho deveria ser precedida de uma avaliação da atual gestão, e que a presidência deve estar afinada com os movimentos sociais e com os anseios da população empobrecida. Portanto, as CPs 5 e 6 se abstiveram de votar. Arlete Sampaio sugeriu às duas Comissões que se abstiveram que durante os trabalhos do Consea discutam mais claramente qual a avaliação que fazem da presidência no sentido de o presidente poder cumprir as expectativas das Comissões. Votação: Com 17 votos favoráveis e 7 abstenções, o presidente do Consea, Renato Maluf, foi reconduzido ao cargo. A Secretária Arlete Sampaio informou que desde 2007, o Governo tem debatido a construção de uma agenda social voltada para povos e comunidades tradicionais. Informou que o Presidente da República convocou os envolvidos com a matéria que discutam uma agenda dos quilombolas, pois ele está insatisfeito com a implementação da agenda que foi discutida em 2007. Disse que estão acontecendo reuniões nos cinco Estados que mais reúnem populações quilombolas para sensibilizar os gestores municipais e as lideranças locais para a execução dessa agenda. Sugeriu a Renato Maluf que tenha uma reunião particular com todo o segmento dos movimentos sociais vinculados aos povos e comunidades tradicionais, quilombolas e indígenas e façam reivindicações para que essas sejam apresentadas ao Governo e à CAISAN, e o Consea possa dar segmento ao debate. Fez uso da palavra o presidente empossado, Renato Maluf, e começou sua fala agradecendo aos que fizeram uma avaliação positiva de seu trabalho. Sugeriu avaliação dos trabalhos não só do presidente, mas também de todos os Conselheiros do Consea. Lembrou que houve a possibilidade de avaliação dos trabalhos, contudo, não houve uma dedicação de criá-la. O tema da avaliação será tratado pela Mesa Diretiva. Solicitou compreensão de

todos, posto que não tem disponibilidade cem por cento para se dedicar ao Consea. O Conselheiro Carlos Eduardo Oliveira de Souza Leite propôs solicitar ao Presidente da República um posicionamento oficial da Presidência da República sobre os trabalhos do presidente do Consea não serem remunerados por ele ser da sociedade civil. Arlete Sampaio esclareceu que esse assunto já foi tratado com o Presidente Lula, que solicitou aos integrantes do seu Governo um encaminhamento da questão. Desejou ao empossados sucesso em seus trabalhos. Composição da Mesa III: Renato Maluf, Priscila Bocchi , Crispim Moreira, Josilene Brandão - Membro da Coordenação Nacional das Comunidades Negras Rurais; Valéria Paye Pereira, Coordenadora da CP6 e Sonia Guajajara - Vice-Presidente da COIAB - Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira. 7. 14h30 às 17h30 - Debate sobre o Tema - Etnodesenvolvimento e Políticas Públicas - Incorporação da Dimensão do Etnodesenvolvimento nas Políticas Públicas para Avançar e Consolidar Direitos e Garantias dos Povos e Comunidades Tradicionais. 7.1. 14h30 às 14h50 - Josilene Brandão - Membro da Coordenação Nacional das Comunidades Negras Rurais, representando os povos e comunidades tradicionais no âmbito da Comissão Nacional, iniciou sua fala apresentando um conceito de territórios tradicionais, dizendo que são espaços necessários à reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas respectivamente. O desenvolvimento sustentável desses povos significa o uso equilibrado dos recursos naturais voltados para a melhoria da qualidade de vida da presente geração, garantindo as mesmas possibilidades para as gerações futuras. Disse que foram conquistados alguns direitos a partir das lutas dessas comunidades e que a discussão sobre a Política do tema discutido é pautada nos arts. 216, 216 e 231 da Constituição Federal, que trata da questão cultural e indígena, e apresentou outras referências de leis que regulam o assunto. Considera como elemento importante ao que tange uma política de etnodesenvolvimento o aspecto da territorialidade, a relação de parentesco, a circularidade, o modo de vida dos grupos, a etnicidade, o gênero e a geração. A ancestralidade, espiritualidade e natureza são formas de visão de mundo desses povos. Afirmou que a questão do sagrado nas comunidades tradicionais tem que ser muito bem vista para a elaboração de políticas, posto que o que é sagrado para os grupos tem uma tendência de privatização no âmbito das políticas. Quanto à alimentação dos povos tradicionais, concepção do direito à alimentação, respeito à soberania alimentar e respeito à identidade, disse que primeiramente é preciso considerar o incentivo à produção local, valorizar os saberes tradicionais dos grupos quanto à sua produção local e alimentação, respeito aos hábitos alimentares e às tradições culturais de cada grupo, escambo, cozinha. O Senhor Pedro Serafim, Procurador Regional do Trabalho e Coordenador do Fórum Nacional de Combate aos Impactos do Agrotóxico fez uso da palavra, a convite de Renato Maluf, e informou que o Fórum foi criado com o objetivo de produzir uma articulação que resulte em ações concretas e um controle social, procurando cumprir a legislação afeta ao seu tema: os agrotóxicos. Renato Maluf disse que solicitará à

Assessoria de Comunicação do Consea que faça contato com o Fórum para divulgação do mesmo. 7.4. 15h30 às 15:50 - Apresentação das Comissões Permanentes 5 e 6 - Valéria Paye Pereira: Apresentou os componentes do Grupo Gestor da Carteira Indígena. Informou que o Documento "Assegurar Diretrizes e Princípios do Etnodesenvolvimento nas Políticas Públicas de Segurança Alimentar e Nutricional para Povos e Comunidades Tradicionais" foi elaborado em conjunto pelas CPs 5 e 6 do CONSEA, e discute e manifesta a preocupação dessas Comissões com o andamento e implementação das políticas públicas de SAN e demais políticas correlatas para estes segmentos, identificando desafios nesse processo de inclusão social e efetividade dos direitos dessas populações e apresenta propostas para enfrentar os desafios identificados, na perspectiva da efetiva incorporação da dimensão, diretrizes e princípios do etnodesenvolvimento nas políticas públicas de caráter universal e naquelas destinadas especificamente aos Povos e Comunidades Tradicionais, buscando aprofundar o processo de incorporação dessa dimensão e enfatizar a necessidade de garantir avanços nesse processo, inclusive no que se refere ao acesso diferenciado aos recursos públicos por parte dessas populações e à conscientização dos agentes públicos a fim de que seus direitos de fato orientem as políticas e o atendimento às suas demandas e necessidades, superando qualquer tipo de discriminação e preconceito. A preocupação das CPs é se o que foi colocado no papel reflete realmente as discussões dos grupos nas suas regiões. Para se certificar disso, a palestrante solicitou avaliação e contribuição dos Conselheiros ao Documento, e explicou que o mesmo foi enviado à FUNAI, porém, não houve resposta. Então, resolveu-se discuti-lo com os movimentos sociais. Em Plenário, a Conselheira fez leitura e uma análise geral do Documento. 7.2. 14h50 às 15h10 - Sônia Guajajara - Vice-Presidente da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB): Sentiu-se contemplada pelo que foi dito anteriormente, e reforçou que os princípios do etnodesenvolvimento estão baseados na autonomia, autodeterminação e no respeito, contudo, reconhece que esses princípios nem sempre são considerados. Disse que se deve analisar como que as políticas públicas estão chegando às populações indígenas e se estão adequadas. Enfatizou que o etnodesenvolvimento não está acontecendo para as populações indígenas. O desejo dos povos indígenas é que as políticas mais afetas a eles sejam de fato acessadas e que tenham resultados positivos. Mencionou Rodolfo Stavenhagen, ex-relator da ONU para os Direitos dos Povos Indígenas. Considerou que a meta do Governo em aumentar em 5% o PAC - Programa de Aceleração do Crescimento acaba se tornando contraditório ao plano de reduzir a emissão de carbono. Segundo a palestrante, isso acaba afetando as terras indígenas, que por conseqüência, afeta diretamente também a questão alimentar. A palavra foi franqueada às Comissões: 1) Comissões Permanentes 1 e 3 - Regina Miranda: Observou que o Documento é consistente, contextualizado, apresenta históricos e uma série de argumentos, contudo, não diz a quem é endereçado. A sugestão das CPs é que ele tenha um formato de Exposição de Motivos. E em nome próprio, a Conselheira propôs: i) Reconhecimento do uso dos alimentos tradicionais para garantir o seu livre uso. ii) O Documento fazer referência sobre a Lei de

Cultivares.2) Comissão Permanente 4 – Susana Coutinho: i) Destacou que o texto não traz referência objetiva ao Direito Humano à Alimentação Adequada e à Soberania Alimentar. ii) Em vez de "beneficiário", usar o termo "sujeito de direito". iii) Não menciona claramente demarcação dos territórios como garantia da Segurança Alimentar e do Direito Humano à Alimentação Adequada. 7.5. 15h50 às 18h – Debates: Na sequência, a Plenária se manifestou, elogiando o trabalho das Comissões e das palestrantes, lamentando a ausência do representante do Ministério Público, e sentindo-se contemplada com o Documento. Contudo, foram feitas observações ao texto do mesmo. Renato Maluf informou que, segundo o Assessor do Deputado Nazareno Fonteles, Juarez Martins, a PEC da Alimentação entrou na pauta ordinária, neste dia, do Congresso Nacional. A Conselheira Marília Leão sugeriu incluir no Documento uma proposta ao IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística de criação de um departamento para tratar só das questões de povos e comunidades tradicionais. A Conselheira Maria Emília Pacheco sugeriu a divulgação do Documento em outros Conselhos. A senhora Lilia Galetti criticou a ausência de Conselheiros governamentais nesta reunião, e disse que existem discriminação e preconceito com relação aos povos e comunidades tradicionais. Um questionamento feito por muitos foi a ausência do Governo na Mesa. Foi solicitado colocar em pauta o enfrentamento dos grandes projetos e seus possíveis impactos para as diferentes populações e avaliar seus impactos na hora de avaliá-los e implementá-los. Quanto à ausência de membros do Governo na Mesa, Renato Maluf explicou que na hora da montagem da mesma, foi considerado que cinco pessoas na Mesa seria complicado, e a Plenária não teria oportunidade de fala. Por isso, foram eleitos os membros que ali estavam. Encaminhamentos: i) O Documento foi aprovado, sujeito a uma modificação de forma, e será enviado a outros Conselhos. ii) Transformar o Documento em Exposição de Motivos. iii) Separar no Documento os itens e seus respectivos destinatários. A palavra foi devolvida à Mesa: 1) Crispim Moreira manifestou sua alegria pela luta e força dos povos tradicionais nesse momento de elaboração do Plano e da Política, trazendo elementos para confirmar ações que estão sendo realizadas e solicitando a transformação deles em política pública. Sugeriu: i) Algumas propostas do Documento fossem acolhidas na agenda do Presidente da República. ii) Transformar os programas já existentes, destinação de recursos e metas públicas no Plano Nacional de Segurança Alimentar, que já está sendo construído. iii) Capacitar gestores públicos para reverter os preconceitos, a discriminação e também que o Governo possa destine recursos públicos para possibilitar que os povos portadores dos direitos possam usar de instrumentos de exigibilidade dos seus direitos. 2) Josilene Brandão falou que fica muita mais preocupada com a ausência de representantes governamentais nos espaços de construção das políticas do que nesta Mesa. Propôs alteração no Documento, onde se propõe 'Carta de Serviço', exigir a 'implementação da política'. O Governo tem que ter uma carta de conduta no que tange à comunicação e divulgação dos povos e comunidades tradicionais, pois os mesmos estão sendo divulgados de forma distorcida, segundo Josilene. Solicitou do IBGE a construção de categorias e dados censitários sobre

os povos e no IBGE. É preciso respeitar as organizações representativas dos diversos grupos. O Documento deve ser contundente com relação à garantia da regularização fundiária. 3) Sonia Guajajara solicitou que para a construção e efetivação das políticas públicas seja considerada a diversidade etnocultural e dos biomas brasileiros. 4) Valéria Peye Pereira agradeceu as contribuições vindas da Plenária ao Documento. Disse que se tem que aproveitar as oportunidades para se manifestar e que e são a partir das contradições que se constroem as políticas. Encaminhamentos: As sugestões serão incorporadas ao Documento, e voltará às Comissões na sua versão final. O Documento será transformado em Exposição de Motivos e encaminhado imediatamente para as eventuais reuniões e enviado às Comissões em sua versão final e posteriormente à Plenária. Renato Maluf retomou o assunto da recondução da presidência do Consea, e considerou não ser bom para o Conselho mandar ao Presidente da República uma votação com 17 votos favoráveis e 7 abstenções. Isso demonstraria fragilidade do Conselho. Por isso, sugeriu a suspensão da votação e ele ficaria interinamente até dezembro, quando se faria uma votação mais representativa. Alguns Conselheiros foram contra esse posicionamento, e sugeriram constar em ata que no momento da votação estavam em Plenário os 24 Conselheiros, efetivos e suplentes. O Conselheiro Carlos Eduardo Oliveira de Souza Leite, que não estava presente no momento da votação, declarou seu voto em favor da recondução de Renato Maluf. A votação foi concluída com 18 votos favoráveis e 7 abstenções. Foi determinado que na Plenária de dezembro/2009 haverá um momento para avaliação dos trabalhos do Conselho como um todo. As CPs 5 e 6 se abstiveram por não ter havido uma avaliação prévia dos trabalhos exercidos pelo presidente. 8. 18h – Encerramento: Sem mais assunto a ser tratado, Renato Maluf deu por encerrada esta reunião e agradeceu a presença de todos.

Renato Maluf
Presidente

Patrus Ananias
Secretário

LISTA DE PRESENÇA DA XIII REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSEA NACIONAL

27 e 28 de outubro de 2009

SOCIEDADE CIVIL

Aldenora Pereira da Silva

Ana Lúcia Pereira
Antoninho Rovaris
Antônio Ricardo Domingos da Costa
Edno Honorato de Brito
Carlos Eduardo Oliveira de Souza Leite
Francisco Antonio da Fonseca Menezes
Gilberto Portes de Oliveira
Gleyse Maria Couto Peiter
Irio Luiz Conti
Ivo da Silva
Lino de Macedo
Maria das Graças Apolinário
Maria Emília Pacheco
Marília Leão
Naidison de Quintelle Baptista
Pedro Makumbundu Kitoko
Regina da Silva Miranda
Regina Maria de Vasconcellos Carvalhaes de Oliveira
Renato Sérgio Jamil Maluf
Sônia Lúcia Lucena Sousa de Andrade
Suzana Costa Coutinho
Valéria Paye Pereira
Lilian Barreto
REPAS
Vanda Aparecida dos Santos

SUPLÊNCIAS DA SOCIEDADE CIVIL

Carmen Helena Ferreira Faro
Dulce Terezinha Oliveira da Cunha
Edélcio Vigna
Elisabetta Recine
Haroldo da Silva Ferreira
Maria Alaídes Alves de Sousa
Nelito Nonato Dorneles
Raimundo Nonato Pereira da Silva
Werner Fucks

REPRESENTANTES DO GOVERNO FEDERAL

Selvino Heck – Assessoria Especial da PR
Ministério da Educação e Cultura
Ministério da Fazenda
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca
Mário Antônio de E. Santos
Uiliam Silva Souza

REPRESENTANTES DOS MINISTROS

Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca – Roseli B. de A.
Ministério da Fazenda – Aloísio Lopes Pereira de Melo
Ministério da Fazenda – Aloísio Lopes Pereira de Melo
Ministério do Desenvol. Social e Combate à Fome – Crispim
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – Cilair Rodrigues de Abreu
Moreira
Ministério da Integração Nacional – Dorotea Blos
Ministério da Ciência e Tecnologia – Joe Carlo Viana Valle

OBSERVADORES

Assessoria Especial da PR – Selvino Heck
Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável - CODRAF
FAO – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação – José Tubino
Talher Nacional – Meiry Andréa Borges David
SESC – Cláudia Márica R. Roseno
Action AID – Celso Marcatto
Oxfam – Nathalie Begin
ITAIPU Binacional – Rosângela Silva

CONVIDADOS

Marcelo Matos Viana
Elda Vargues Aquino
Ismael (...)
Lylia da Silva Guedes Galetti
Márcio Pontual
Lucely Moraes Pio
Márcia Yaskara Guelpa
(...)
Micheli Dantas Soares
(...)
Silvio Porto
Dirceu (...) Kutke
Maria da Conceição A. Freitas
Glicério Jesus da Silva
(...)
Magno Arnaldo Bakair
Carlos Eduardo Cardoso Silva
José Augusto Lopes Pereira